

EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2017 – SEDUCE/GO

PROCESSO Nº 2016.0000.601.2775

TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE

OBJETO: Aquisição de materiais e equipamentos para laboratório, com a finalidade de implementar os cursos EMI/EPT, nas unidades escolares do Programa Brasil Profissionalizado, conforme condições e especificações estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

ABERTURA: 21/03/2017 às 08 horas.

Obs. Horário de Brasília.

Nos termos do art. 10, do Decreto Estadual nº 7.468, de 20 de outubro de 2011, a publicidade da presente licitação se deu por meio eletrônico via www.comprasnet.go.gov.br em 08/03/2017, por Publicação no Diário Oficial do Estado de Goiás nº 22.523 de 08/03/2017; e, por publicação no Jornal Hoje em 08/03/2017.

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2017 – SEDUCE/GO

O Estado de Goiás, pela Secretaria de Estado de Educação, Cultura e Esporte, por intermédio de seu Pregoeiro e Equipe de Apoio designados pela **Portaria nº 3837/2016-GAB/SEDUCE**, torna público, para conhecimento dos interessados que está disponível no endereço abaixo ou por meio do site www.comprasnet.go.gov.br e www.seduce.go.gov.br, o Edital de Licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, tipo **MENOR PREÇO POR LOTE**, oriundo do Processo nº **2016.0000.601.2775**, cujo objeto é a aquisição de materiais e equipamentos para laboratório, com a finalidade de implementar os cursos EMI/EPT, nas unidades escolares do Programa Brasil Profissionalizado, **sendo que a disputa para os Lotes 01, 02 e 03, reserva-se apenas à participação de MICROEMPRESAS e EMPRESAS DE PEQUENO PORTE, conforme determinação do art. 9º da Lei Estadual nº 17.928/2012, sem prejuízo das suas participações quanto ao restante, e o Lote 04 para Disputa Geral**, conforme condições e demais especificações contidas neste Edital e seus Anexos, estando a presente licitação e consequente contratação regidas pela Lei Estadual nº 17.928 de 27 de dezembro de 2012, Decreto Estadual nº 7.468 de 20 de outubro de 2011 e, subsidiariamente, pela Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Federal nº 10.520 de 17 de julho de 2002, Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006 e demais normas vigentes à matéria.

Gerência de Licitações, Contratos e Convênios – GELCC/SGPF/SEDUCE-GO

Av. Anhanguera, nº 7.171, Setor Oeste, Goiânia-GO

Fone/Fax: (62) 3201-3054/3201-3017

EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2017

A Secretaria de Estado de Educação, Cultura e Esporte, por intermédio de seu Pregoeiro e Equipe de Apoio, designados pela Portaria nº 3837/2016-GAB/SEDUCE, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, tipo **MENOR PREÇO LOTE**, em sessão pública eletrônica, através do site www.comprasnet.go.gov.br, nos termos da Lei Estadual nº 17.928 de 27 de dezembro de 2012, Decreto Estadual nº 7.468 de 20 de outubro de 2011 e, subsidiariamente, pela Lei Federal nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993, Lei Federal nº 10.520 de 17 de julho de 2002, Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006 e demais normas pertinentes à matéria, bem como das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1. DO OBJETO

- 1.1. O presente Pregão Eletrônico tem por finalidade a aquisição de Materiais e Equipamentos para laboratório, com a finalidade de implementar os cursos EMI/EPT, nas unidades escolares do Programa Brasil Profissionalizado, conforme especificações constantes do Anexo I – Termo de Referência, e demais disposições fixadas neste Edital e seus Anexos.
- 1.2. A entrega será integral e imediata, dispensando o instrumento contratual, nos moldes do artigo 62 da Lei Federal nº 8.666/1993.
- 1.3. Nenhum item inserido no lote será adjudicado acima do valor estimado no Termo de Referência (Anexo I), o qual poderá ser revisto através de impugnação fundamentada nas condições e prazos previstos neste edital.

2. DO LOCAL, DATA E HORA

- 2.1. O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio do site www.comprasnet.go.gov.br, no **dia 21/03/2017 a partir das 08 horas**, por meio do Sistema Eletrônico de Administração de Compras e Serviços do Estado de Goiás – SEACS, mediante condições de segurança, criptografia e autenticação, em todas as suas fases.
- 2.2. As propostas comerciais deverão ser encaminhadas, através do site www.comprasnet.go.gov.br, no período compreendido entre às **08 e 09 horas do dia 21/03/2017, contendo o valor unitário de cada item inserido no lote.**
- 2.3. **Para os lotes 01, 02 e 03**, poderão proceder ao registro da proposta e participar da disputa apenas microempresas e empresas de pequeno porte, conforme determinação do art. 9º da Lei Estadual nº 17.928/2012, sem prejuízo das suas participações quanto ao restante.
- 2.4. A fase competitiva (lances) terá início previsto para **às 09:10 horas do dia 08/03/2017.**
- 2.5. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, independentemente de nova comunicação, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.
- 2.6. Todas as referências de tempo contidas neste Edital, no Aviso e durante a Sessão Pública observarão, obrigatoriamente, o horário de Brasília – DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

3. DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO E DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

- 3.1. Até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer cidadão ou Licitante poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório deste Pregão. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelo setor responsável pela elaboração do Termo de Referência, decidir sobre a impugnação no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas.
 - 3.1.1 O (s) pedido (s) de esclarecimento (s), providência (s) ou de impugnação(os) deverá(ao) ser encaminhado(s), por meio eletrônico via internet no endereço: licitacao@seduce.go.gov.br, enviados por fax: (62) 3201-3017, ou por escrito e protocolizado junto ao(à) Pregoeiro(a), na Gerência de Licitações,

Superintendência de Planejamento, Gestão e Finanças/SGPF
Gerência de Licitações, Contratos e Convênios/GELCC

Contratos e Convênios, no seguinte endereço: Av. Anhanguera, nº 7.171, Setor Oeste, Goiânia-GO, CEP: 74.110-010, devendo a licitante certificar-se do recebimento.

- 3.2. Decairão do direito de impugnar os termos deste Edital a licitante que, tendo-os aceito sem objeção, venha, após a abertura das propostas, apontar falhas ou irregularidades, ou não o fizer no prazo estipulado.
- 3.3. Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será feita a retificação e republicado o aviso indicando nova data para realização do certame com devolução dos prazos, exceto, quando a alteração não afetar a formulação das propostas e a apresentação da documentação de habilitação.
- 3.4. Em caso de eventuais discordâncias existentes entre as especificações descritas no sistema CADMAT do Comprasnet.go e as especificações constantes dos Anexos deste Edital, prevalecerão estas últimas.

4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E DO TRATAMENTO DIFERENCIADO CONCEDIDO ÀS MICROEMPRESAS E AS EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

- 4.1. Somente poderão participar deste Pregão Eletrônico as empresas do ramo pertinente ao objeto, legalmente constituídos, e, que atendam as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.
- 4.2. Somente poderão participar deste Pregão Eletrônico as empresas que estejam devidamente CADASTRADAS junto ao CADFOR – Cadastro de Fornecedor do Núcleo de Suprimentos, Logística e Frotas – NUSLF da Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento de Goiás e, conseqüentemente, que estiverem devidamente cadastradas (com o status homologado ou credenciado) perante o sistema Comprasnet.go.
 - 4.2.1 O cadastro no *STATUS CREDENCIADO*, nos termos da Instrução Normativa nº 004/2011-SEGPLAN, será liberado para o fornecedor que utilizar-se de outros cadastros nacionais, estaduais ou municipais que atendam a legislação pertinente, efetuando seu credenciamento de forma simplificada junto ao CADFOR, caso em que ficará dispensado de apresentar toda a documentação abrangida pelo referido cadastro, mediante a apresentação do mesmo, sendo que a celebração do contrato, caso o licitante vença algum item ou lote do certame, será condicionada à efetiva homologação do cadastro no CADFOR, com a apresentação da documentação completa.
 - 4.2.2 A licitante que queira se cadastrar poderá solicitar a relação de documentos por meio do site: www.comprasnet.go.gov.br e endereçar a documentação à Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento – Cadastro de Fornecedores – Avenida República do Líbano, Nº 1945, 1º Andar, Setor Oeste, CEP: 74.125-125, Goiânia-Goiás.
 - 4.2.3 Como requisito para participação neste Pregão Eletrônico, a Licitante com cadastro homologado ou credenciado deverá manifestar em campo próprio do sistema Eletrônico www.comprasnet.go.gov.br, o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.
- 4.3. A participação neste Pregão Eletrônico dar-se-á por meio da digitação de login e senha privativa da licitante e subsequente encaminhamento da Proposta Comercial em data e horário previstos neste Edital, exclusivamente por meio eletrônico.
- 4.4. Não poderá participar deste Pregão Eletrônico a empresa:
 - a) Em recuperação judicial ou em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação.
 - b) Que tenha sido declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, em qualquer órgão da Federação (União, Estados, Distrito Federal e Municípios), e, caso participe do processo licitatório, estará sujeita às penalidades previstas no art. 97, parágrafo único, da Lei Federal nº 8.666/93.
 - c) Que esteja suspensa de licitar junto ao CADFOR - Cadastro de Fornecedor do Núcleo de Suprimentos, Logística e Frotas da Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento do Estado de Goiás – NUSLF/SEGPLAN.
 - d) Que esteja reunida em consórcio ou, ainda, seja controladora, coligada ou subsidiária com outra empresa licitante, qualquer que seja sua forma de conglomeração.
 - e) Estrangeira que não funcione no País.
 - f) Cujos sócios ou diretores pertençam, simultaneamente, a mais de uma firma licitante.
 - g) Que não estiver devidamente CADASTRADA (com os status homologado ou credenciado) junto ao CADFOR - Cadastro de Fornecedor do Núcleo de Suprimentos, Logística e Frotas da Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento do Estado de Goiás – NUSLF/SEGPLAN.

Superintendência de Planejamento, Gestão e Finanças/SGPF
Gerência de Licitações, Contratos e Convênios/GELCC

- 4.4.1** A vedação disposta na **alínea “f”** acima restringe a disputa das proponentes para mesmos itens ou lotes, sendo a participação permitida quando ocorrerem para itens ou lotes **distintos**.
- 4.5.** Também não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação, da execução dos serviços e do fornecimento de bens a eles necessários, conforme o artigo 9º, da Lei Federal nº 8.666/93:
- O autor do Termo de Referência ou do projeto básico, pessoa física ou jurídica;
 - A empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do Termo de Referência ou do projeto básico ou da qual o autor seja dirigente, gerente, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto ou controlador, responsável técnico ou subcontratado.
 - Servidor ou dirigente do órgão ou entidade vinculada à Secretaria de Estado de Educação, Cultura e Esporte, ou responsável pela licitação.
- 4.5.1** É permitida a participação do autor do projeto ou da empresa, a que se refere a alínea “b” do item 4.5, na licitação de serviço ou na execução, como consultor técnico, nas funções de fiscalização, supervisão ou gerenciamento, exclusivamente a serviço da Administração interessada.
- 4.5.2** Considera-se participação indireta, para fins do disposto no item 4.5, a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista entre o autor do projeto, pessoa física ou jurídica, e o Licitante ou responsável pelos serviços e aquisições, incluindo-se os fornecimentos de bens e serviços a estes necessários.
- 4.5.3** Aplica-se o disposto no subitem 4.5.2 aos membros da Comissão de Licitação, ao Pregoeiro e à equipe de apoio.
- 4.6.** As licitantes arcarão com todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de suas propostas, sendo que a SEDUCE/GO não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 4.7.** Não poderão se beneficiar do regime diferenciado e favorecido em licitações, concedido às microempresas e empresas de pequeno porte pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, licitantes que se enquadrem em qualquer das exclusões relacionadas no artigo terceiro da referida Lei.
- 4.8.** Conforme disposto na Lei Estadual nº 17.928 de 27 de dezembro de 2012 e na Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, será assegurada preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.
- 4.8.1** Para usufruir dos benefícios estabelecidos nos dispositivos legais supracitados, a Licitante deverá se enquadrar como microempresa ou empresa de pequeno porte, devendo declarar-se como tal no início da sessão pública do Pregão Eletrônico, se comprometendo a apresentar a documentação comprobatória caso venha a vencer o certame utilizando-se do benefício (certidão emitida pela Junta Comercial ou, alternativamente, documento gerado pela Receita Federal, por intermédio de consulta realizada no sítio www.receita.fazenda.gov.br/simplesnacional, podendo ser confrontado com as peças contábeis apresentadas ao certame licitatório).
- 4.8.2** O próprio sistema disponibilizará à licitante a opção de declarar-se como microempresa ou empresa de pequeno porte quando efetuar o login e entrar no Pregão Eletrônico. **A não manifestação de enquadramento, quando indagado pelo sistema eletrônico, implicará no decaimento do direito de reivindicar, posteriormente essa condição, no intuito de usufruir dos benefícios estabelecidos na Lei supramencionada.**
- 4.8.3** A falsa declaração ou a não apresentação da documentação comprobatória quando solicitada, implicará na abertura de processo administrativo e consequente aplicação das sanções cabíveis.

5. DO CREDENCIAMENTO

- 5.1.** O acesso ao credenciamento se dará somente às Licitantes com status homologado ou credenciado no CADFOR do Núcleo de Suprimentos, Logística e Frotas – NUSLF da Secretaria de Estado de Gestão e

Superintendência de Planejamento, Gestão e Finanças/SGPF
Gerência de Licitações, Contratos e Convênios/GELCC

Planejamento do Estado de Goiás, que possibilita o acesso ao sistema pelo sítio:
www.comprasnet.go.gov.br.

- 5.2. O credenciamento dar-se-á de forma eletrônica pela atribuição de chave de identificação e de senha individual.
- 5.3. O credenciamento do usuário será pessoal e intransferível para acesso ao sistema, sendo o mesmo responsável por todos os atos praticados nos limites de suas atribuições e competências.
- 5.3.1 A perda da senha ou a quebra de sigilo deverá ser comunicada imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.
- 5.4. O credenciamento do usuário implica sua responsabilidade legal, e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.
- 5.5. A Licitante se responsabilizará formalmente pelas transações efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou à Secretaria de Estado de Educação, Cultura e Esporte responsabilidade por eventuais danos ou erros decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
- 5.6. Incumbirá à Licitante acompanhar as operações no sistema durante a sessão pública do pregão eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, resultante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo pregoeiro ou pelo sistema, ainda que ocorra sua desconexão.
- 5.7. As informações complementares para cadastro e credenciamento poderão ser obtidas pelos telefones: **(62) 3201-6625 e 3201-6629**, e para operação no sistema Comprasnet.go pelo telefone: **(62) 3201-6515 e 3201-6516**.

6. DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

- 6.1. Concluída a fase de credenciamento, as licitantes registrarão suas propostas pelo **valor unitário do item inserido no lote**. Só será aceita uma proposta por lote para cada licitante e, ao término do prazo estipulado para a fase de registro de propostas, o sistema automaticamente bloqueará o envio de novas propostas.
 - 6.1.1 **A empresa estabelecida no Estado de Goiás, no que couber**, nos termos do inciso XCI do artigo 6º do Anexo IX do Regulamento do Código Tributário do Estado de Goiás (RCTE), revigorado pelo artigo 3º do Decreto Estadual nº 7.569/2012, que trata da isenção do ICMS nas operações e prestação internas, relativas à aquisição de bem, mercadoria e serviço por órgãos da Administração Pública Estadual, ficando mantido o crédito (Convênio ICMS 26/03), **deverá apresentar a proposta contendo**, obrigatoriamente, consoante modelo do Anexo III: a indicação do percentual da alíquota do ICMS, os valores unitários e totais, onerados com o ICMS e desonerados do ICMS, **restando límpido que, para fins de participação no certame, às empresas deverão registrar a proposta com preços desonerados do ICMS**.
- 6.2. As propostas comerciais deverão ser enviadas exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico, através do site www.comprasnet.go.gov.br, na data e hora estabelecidas neste edital, após o preenchimento do formulário eletrônico, com manifestação em campo próprio do sistema de que tem pleno conhecimento e que atende às exigências de habilitação previstas no Edital, e, que o ônus de comprovação de sua exequibilidade caberá exclusivamente à licitante, caso solicitado pelo Pregoeiro.
 - 6.2.1 O sistema Comprasnet.go possibilita à **Licitante a exclusão/alteração da proposta dentro do prazo estipulado no edital para registro de propostas**. Ao término desse prazo, definido no item 2.2, não haverá possibilidade de exclusão/alteração das propostas, as quais serão analisadas conforme definido no Edital.
 - 6.2.2 Para os **Lotes 01, 02 e 03**, poderão proceder ao registro da proposta e participar da disputa apenas microempresas e empresas de pequeno porte, conforme determinação do art. 9º da Lei Estadual nº 17.928/2012, sem prejuízo das suas participações quanto ao restante.
- 6.3. As licitantes deverão apresentar suas propostas com todos os tributos inclusos, bem como os demais custos diretos e indiretos necessários ao atendimento das exigências do Edital e seus Anexos. Restando límpido que, para fins de participação no certame, em todas as suas fases, para as empresas sediadas no Estado de Goiás, serão consideradas as propostas desoneradas do ICMS.
 - 6.3.1 Na fase de execução contratual, a Contratada deverá demonstrar a dedução do ICMS, expressamente, no documento fiscal, empenhando-se apenas o valor necessário à execução do contrato e, quando da emissão da Nota Fiscal, deverá destacar, em seu histórico, esta isenção, visto que a Secretaria de Estado de Educação, Cultura e Esporte não é contribuinte deste tributo.

Superintendência de Planejamento, Gestão e Finanças/SGPF
Gerência de Licitações, Contratos e Convênios/GELCC

- 6.3.2** O disposto nos subitens 6.1.1 e 6.3.1 **não** se aplica às empresas optantes do Simples, Supersimples e aos Microempreendedores Individuais.
- 6.4.** Quaisquer tributos, custos e despesas diretos ou indiretos omitidos na proposta ou incorretamente cotados, serão considerados como inclusos nos preços, não sendo aceitos pedidos de acréscimos ou retificações, a esses ou a qualquer outro título, conforme o caso.
- 6.5.** As propostas deverão atender as especificações contidas no Termo de Referência, Anexo I deste Edital.
- 6.6.** A Licitante detentora da melhor oferta, após a fase de lances, deverá enviar Proposta de Preços, pelo fax: (62) 3201-3054/3017 ou pelo e-mail: licitacao@seduce.go.gov.br, devendo a mesma conter, obrigatoriamente, ainda:
- Nome da Empresa, CNPJ, endereço, fone/fax, nome e número do Banco, número da agência, número da conta corrente, nome do responsável para fins de assinatura do contrato, se aplicável;
 - Número do Pregão Eletrônico;
 - Preço em real, unitário e total, com no máximo duas casas decimais após a vírgula, onde deverão estar inclusas todas as despesas que influam nos custos, tais como: transporte, frete, tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), obrigações sociais, trabalhistas, fiscais, encargos comerciais ou de qualquer natureza, e todos os demais custos diretos e indiretos. O preço apresentado deverá ser aquele resultante da fase de lances e/ou negociação com o Pregoeiro;
 - Objeto ofertado, consoante exigências editalícias e com a quantidade licitada;
 - Marca do objeto ofertado;
 - DECLARAÇÃO** que a validade da proposta apresentada é de 120 (cento e vinte) dias corridos, a contar da data da sessão deste Pregão Eletrônico. Caso não apresente prazo de validade, será este o considerado;
 - DECLARAÇÃO** de que garante a qualidade dos produtos e equipamentos ofertados, bem como a entrega dos mesmos no prazo e na quantidade estabelecidos no presente edital. A empresa vencedora do certame deverá garantir a qualidade dos produtos e equipamentos, em conformidade com o art. 69 c/c art. 73, II, b, da Lei Federal n.º 8.666/93 e Lei n.º 8.078/90 (Código de defesa do Consumidor) e também deverá substituí-los, sem ônus para a Secretaria de Estado de Educação, Cultura e Esporte caso não estejam de acordo com as especificações e padrões de qualidades exigidos;
 - Caso a empresa Licitante seja microempresa ou empresa de pequeno porte, deverá apresentar **DECLARAÇÃO** de Enquadramento na Lei Complementar nº 123/2006 (conforme modelo Anexo III), e, certidão emitida pela Junta Comercial ou, alternativamente, documento gerado pela Receita Federal, por intermédio de consulta realizada no sítio www.receita.fazenda.gov.br/simplesnacional, podendo ser confrontado com as peças contábeis apresentadas ao certame licitatório;
 - Data e assinatura do responsável;
 - Apresentar juntamente com a proposta, **caso seja necessário**, Procuração Particular com firma reconhecida ou Procuração Pública, em nome do representante legal, outorgando poderes para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os demais atos pertinentes a este certame em nome da Licitante;
 - Apresentar juntamente com a proposta, cópia autenticada do documento pessoal do sócio ou representante legal da licitante

7. DA SESSÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO

- 7.1.** A partir das **08 horas do dia 21/03/2017**, data e horário previstos neste Edital, terá início a sessão pública do Pregão Eletrônico nº **010/2017**, com a divulgação das Propostas de Preços recebidas.
- 7.2.** Após a abertura da sessão pública deste Pregão Eletrônico não serão permitidos quaisquer adendos, complementações, acréscimos ou retificações às Propostas de Preços apresentadas.
- 7.3.** Após a abertura da sessão pública deste Pregão Eletrônico não caberá desistência da Proposta de Preços apresentada, salvo por motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceito pelo (a) Pregoeiro (a).
- 7.4.** O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não estiverem em conformidade com os requisitos estabelecidos no Edital, em decisão fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 7.5.** O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas pelo Pregoeiro, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 7.6.** O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os Licitantes, permitindo que durante o transcurso da sessão pública eletrônica, haja a divulgação, em tempo real, de

todas as mensagens trocadas no chat do sistema, inclusive valor e horário do menor lance registrado e apresentado pelas Licitantes, vedada a identificação do fornecedor.

8. DOS LANCES

- 8.1.** Após a análise e classificação das propostas, o Pregoeiro dará início à fase competitiva, quando então as Licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observado o horário estabelecido e as regras de aceitação dos mesmos, sendo imediatamente informados do seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.
- 8.2.** As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, **pelo valor total do lote**, sem a incidência do ICMS, **no que couber**, sempre inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema, obedecendo, quando o Pregoeiro fixar, o percentual ou valor mínimo exigido entre os lances.
- 8.8.1** O sistema eletrônico rejeitará automaticamente os lances em valores superiores aos anteriormente apresentados pelo mesmo licitante.
- 8.8.2** Conforme entendimento da Procuradoria Geral do Estado, através de seu Despacho "AG" nº 001203/2013, para as empresas estabelecidas no Estado de Goiás, não optantes do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional, os lances já deverão ser ofertados desonerados do ICMS.
- 8.3.** Não serão aceitos dois ou mais lances igual, para o lote, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.
- 8.4.** Caso a Licitante não realize lances, permanecerá o valor inicial de sua proposta eletrônica, que será incluída na classificação final.
- 8.5.** Durante o transcurso da sessão pública, os Licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado que tenha sido apresentado pelos demais Licitantes, vedada a identificação do detentor do lance.
- 8.6.** A fase de lances terá duas etapas:
- 8.6.1** A primeira, com tempo de duração de **15 (quinze) minutos**, após a abertura da fase de lances. Será encerrada mediante aviso de fechamento iminente dos lances, emitido pelo sistema aos licitantes.
- 8.6.2** A segunda será adotada a seguinte metodologia: após transcorrido o prazo definido no referido aviso de fechamento iminente dos lances, transcorrerá o período de tempo de 0 (zero) até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 8.6.3** O intervalo entre o início do encerramento de um lote para o outro será de **02 (dois) minutos**.
- 8.7.** No caso de desconexão com o (a) Pregoeiro (a), no decorrer da etapa de lances, se o sistema eletrônico permanecer acessível às Licitantes para a recepção dos lances, estes continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.
- 8.7.1** Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do pregão será suspensa e reiniciada somente após comunicação aos participantes, no endereço eletrônico utilizado para divulgação.
- 8.8.** Encerrada a fase de lances, em caso de ocorrência de participação de Licitante que detenha a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte nos termos da Lei Estadual nº 17.928/2012 e da Lei Complementar nº 123/2006, o sistema averiguará se houve empate, entendendo-se por empate aquela situação em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte **sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta melhor classificada**. Neste caso será assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.
- 8.9.** Para efeito do disposto no item acima, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:
- A microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada detentora da melhor oferta no prazo máximo de **05 (cinco) minutos** por lote em situação de empate) após o encerramento da rodada de lances, sob pena de preclusão do direito;
 - No caso de igualdade dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem em situação de empate, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que poderá exercer o direito de preferência previsto no item 8.8;

Superintendência de Planejamento, Gestão e Finanças/SGPF
Gerência de Licitações, Contratos e Convênios/GELCC

- c) Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, o sistema convocará as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do item 8.8, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.
- 8.10.** O disposto nos itens 8.8 e 8.9 somente se aplicará quando a melhor oferta (após fase de lances) não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.
- 8.11.** Na hipótese da não contratação nos termos previstos no item 8.8 e 8.9, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente detentora da melhor oferta.
- 8.12.** Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, o (a) Pregoeiro (a) poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraposta ao Licitante que tenha apresentado lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observando o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes das previstas no edital.
- 8.12.1** A negociação será realizada por meio do sistema eletrônico, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

9. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

- 9.1.** O critério de julgamento é baseado no **menor preço por lote**.
- 9.1.1** Conforme determinado no subitem 6.2.2:
- a) Para **os lotes 01, 02 e 03**, poderão proceder ao registro da proposta e participar da disputa apenas **microempresas e empresas de pequeno porte**, conforme determinação do **art. 9º da Lei Estadual nº 17.928/2012**. Caso a licitante detentora da melhor oferta, após a fase de lances, não comprove sua condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, ou não tenha se declarado nesta condição ao sistema, a mesma será desclassificada.
- 9.2.** Considerar-se-á vencedora do lote aquela proposta que, tendo sido aceita, estiver de acordo com os termos deste Edital e seus Anexos, ofertar o menor preço, após a fase de lances e, ainda, for devidamente habilitada após apreciação da documentação, salvo a situação prevista no item 10.9 deste Edital.
- 9.2.1** Na análise da Proposta de Preços, fica facultado ao (á) Pregoeiro (a), se necessário, solicitar parecer técnico para subsidiar sua análise, podendo suspender temporariamente a sessão pública do pregão, informando através o chat de comunicação o horário de reabertura dos trabalhos.
- 9.3.** Declarado o encerramento da etapa competitiva, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade da primeira oferta classificada, quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito.
- 9.4.** Caso não se realizem lances será verificada a conformidade da proposta de menor preço com as exigências do Edital.
- 9.5.** Havendo apenas uma proposta, desde que atenda a todas as condições do edital e estando o seu preço compatível com os praticados no mercado, poderá ela ser aceita, devendo o (a) Pregoeiro (a) negociar, visando a obter preço melhor.
- 9.6.** Encerrada a etapa de lances da sessão pública ou, quando for o caso, após a negociação e decisão acerca da aceitação do lance de menor valor, o sistema informará a Licitante detentora da melhor oferta, este deverá encaminhar **em até 02 (duas) horas**, nova proposta em conformidade com o item 6.6, bem como toda documentação exigida neste Edital e seus Anexos. Esta comprovação se dará mediante encaminhamento da documentação via fax: (62) 3201-3017 ou e-mail: licitacao@seduc.go.gov.br.
- 9.6.1** Posteriormente deverá ser encaminhada, **no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis contados da data de encerramento do Pregão Eletrônico**, via correio ou por seu representante, a proposta de preços em original, assinada e atualizada com os valores, unitários e global, informando todas as características do objeto e demais exigências descritas neste Edital e seus Anexos. Deverão ser enviadas, no mesmo prazo, as demais documentações exigidas para habilitação, estas em original ou por cópia autenticada, sendo inclusive, condição indispensável para a contratação.
- 9.6.2** O Pregoeiro verificará a regularidade cadastral da Licitante que apresentou a melhor oferta junto ao CADFOR e, **em caso de irregularidade ou naqueles casos de fornecedores com o cadastro no status credenciado (item 4.2.1)**, será assegurado o direito de apresentar a documentação atualizada, ao final da sessão, via fax: (62) 3201-3017 ou e-mail: licitacao@seduc.go.gov.br, devendo a documentação original ou cópia autenticada ser encaminhada no prazo máximo de **05 (cinco) dias úteis contados da data de encerramento do Pregão Eletrônico**.

Superintendência de Planejamento, Gestão e Finanças/SGPF
Gerência de Licitações, Contratos e Convênios/GELCC

- 9.6.3** O CRC, emitido pelo CADFOR, poderá ser impresso pelo (a) Pregoeiro (a) para averiguação da sua conformidade com as exigências do Edital e apresentando status irregular, será assegurada à Licitante o direito de apresentar a documentação atualizada e regular na própria sessão.
- 9.6.4** A Licitante que, na condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, tenha sido declarada detentora da melhor oferta por utilização do benefício previsto na Lei Estadual nº 17.928/2012 e na Lei Complementar nº 123/2006, deverá encaminhar juntamente com a documentação solicitada, prova de enquadramento na referida condição, nos termos do item 4.8.1.
- 9.6.5** Para fins de habilitação a verificação, pela Equipe de Apoio do certame, nos sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova. A verificação da situação de regularidade do Licitante somente tem finalidade complementar de constatação e não substitui a sua obrigação de envio completo de toda a documentação de habilitação.
- 9.7.** Serão desclassificadas as propostas que:
- Forem elaboradas em desacordo com as exigências do Edital e seus Anexos;
 - Apresentarem preços irrisórios, simbólicos ou abusivos, ou seja, as que apresentarem preços manifestamente inexequíveis ou superiores ao preço de mercado, de conformidade, subsidiariamente com os art. 43, inciso IV, 44, parágrafo 3º e 48, incisos I e II da Lei Federal nº 8.666/93;
 - Apresentarem propostas alternativas tendo como opção de preço ou marca, ou oferta de vantagem baseada nas propostas das demais licitantes.
- 9.8.** Constatado, que a Licitante que apresentou proposta de menor preço final atende às exigências editalícias, será ela declarada vencedora.
- 9.9.** Na hipótese da proposta da Licitante detentora da melhor oferta, não for aceitável, ou, desatender as exigências habilitatórias, salvo na situação prevista no item 10.9, o (a) Pregoeiro (a) restabelecerá a etapa competitiva de lances entre os participantes, nos termos do art. 20-A, da Lei Estadual nº 17.928/2012.
- 9.10.** Caso ocorra a inabilitação por responsabilidade exclusiva da Licitante, a mesma poderá sofrer as sanções previstas no art. 7º, da Lei Federal nº 10.520/2002.
- 9.11.** Da sessão pública do Pregão Eletrônico, o sistema gerará ata circunstanciada, na qual estarão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes, que estará disponível para consulta no site www.comprasnet.go.gov.br.
- 9.12.** O resultado final será disponibilizado no site www.comprasnet.go.gov.br.
- 9.13.** Havendo empate, no caso de todas licitantes desistirem da fase de lances e se negarem a negociar com o (a) Pregoeiro (a), serão utilizados para fins de desempate os seguintes critérios:
- O disposto no § 2º do art. 3 da Lei Federal nº 8.666/93,
 - Sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, nos termos do § 2º do art. 45 da Lei Federal nº 8.666/93.

10. DA HABILITAÇÃO

- 10.1.** A habilitação da Licitante detentora da melhor oferta será verificada ao final da etapa de lances.
- 10.1.1** A Licitante deverá estar cadastrada no CADFOR – Cadastro de Fornecedor do Núcleo de Suprimentos, Logística e Frotas – NUSLF da Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento de Goiás, com o seu CRC – Certificado de Registro Cadastral em vigência no status **HOMOLOGADO** ou poderá a Licitante possuir apenas o cadastro no status **CRENCIADO** (item 4.2.1). Neste segundo caso, deverá ser apresentada toda a documentação de habilitação atualizada e regularizada na própria sessão.
- 10.2.** A Licitante regularmente cadastrada no Núcleo de Suprimentos, Logística e Frotas da Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento de Goiás – NUSLF/SEGPLAN-GO, que apresentar o CRC – Certificado de Registro Cadastral, devidamente atualizado, fica desobrigada de apresentar os documentos relativos à habilitação jurídica (item 10.4.1), regularidade fiscal e trabalhista (item 10.4.2) e qualificação econômico-financeira (item 10.4.3), desde que os referidos documentos integrantes do Certificado estejam atualizados e em vigência, sendo assegurado o direito de apresentar a documentação que estiver vencida no CRC, atualizada e regularizada na própria sessão.
- 10.2.1** No caso de não constar no CRC apresentado pela Licitante os respectivos índices de Liquidez Corrente, Liquidez Geral e Solvência Geral, a mesma deverá apresentar a documentação especificada na alínea “b”, do item 10.4.3.

Superintendência de Planejamento, Gestão e Finanças/SGPF
Gerência de Licitações, Contratos e Convênios/GELCC

10.2.2A apresentação do CRC por empresa filial, no caso da exigência elencada no item 10.4.3, alínea “d” (apresentação da Certidão Negativa de Falência e Recuperação Judicial, ou equivalente na forma da Lei), substitui apenas o documento referente ao CNPJ indicado no certificado, devendo ser apresentada a certidão da matriz.

10.3. Os documentos exigidos para habilitação e aqueles descritos no Anexo I – Termo de Referência, bem como a Proposta de Preços atualizada após a fase de lances, deverão ser encaminhados pela Licitante detentora da melhor oferta, **em até 02 (duas) horas**, após a solicitação feita pelo(a) Pregoeiro(a) por fax: (62) 3201-3840 ou e-mail: licitacao@seduc.go.gov.br, com posterior encaminhamento original ou cópia autenticada dos documentos, no prazo máximo de **05 (cinco) dias úteis** após a data de encerramento do Pregão Eletrônico.

10.4. As licitantes, inclusive microempresas e empresas de pequeno porte, deverão atender obrigatoriamente, quando for o caso, às seguintes exigências:

10.4.1 Habilitação Jurídica

A habilitação jurídica será comprovada mediante a apresentação de, conforme o caso:

- a) Cédula de Identidade, no caso de pessoa física.
- b) Registro comercial, no caso de empresa individual.
- c) Ato constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado dos documentos de eleição de seus administradores.
- d) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova da diretoria em exercício.
- e) Decreto de autorização, devidamente publicado, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

10.4.2 Regularidade Fiscal e Trabalhista

A regularidade fiscal e trabalhista será comprovada mediante a apresentação de:

- a) Prova de Inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ do Ministério da Fazenda.
- b) Prova de Inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da Licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto licitado.
- c) Prova de regularidade para com a Fazenda Pública Federal por meio de Certidão Conjunta emitida pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e Secretaria da Receita Federal do Brasil, relativa à Dívida Ativa da União e aos tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.
- d) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social – INSS, por meio de Certidão Negativa de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiro, expedida pelo Ministério da Fazenda – Secretaria da Receita Federal do Brasil.
- e) OBS: As comprovações pertinentes aos itens “c” e “d” serão alcançadas por meio de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados.
- f) Prova de regularidade para com a **Fazenda Estadual**, por meio de Certidão Negativa de Débito em Dívida Ativa expedida pela Secretaria de Estado da Fazenda ou equivalente da Unidade da Federação **onde a Licitante tem sua sede.**
- g) Prova de regularidade para com a Fazenda Pública do **Estado de Goiás**, por meio de Certidão de Débito Inscrito em Dívida Ativa – Negativa, expedida pela Secretaria de Estado da Fazenda.
- h) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal (**Tributos Mobiliários**), por meio de Certidão expedida pela Secretaria de Finanças do Município ou equivalente onde a Licitante tem sua sede.
- i) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, por meio do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, expedido pela Caixa Econômica Federal – CEF.

Superintendência de Planejamento, Gestão e Finanças/SGPF
Gerência de Licitações, Contratos e Convênios/GELCC

- j) Prova de Inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), nos termos da Lei Federal nº 12.440/2011.
- k) Caso a participação no certame seja da matriz, com possibilidade de que a execução do objeto licitado seja por filial, ou vice-versa, a prova de regularidade fiscal e trabalhista deverá ser de ambas.
- l) Será admitida a comprovação de regularidade fiscal e trabalhista mediante a apresentação de certidão positiva com efeito de negativa, nos termos da Lei.

10.4.3 Qualificação Econômico-Financeira

A qualificação econômico-financeira será comprovada mediante a apresentação de:

a) Balanço Patrimonial e demonstração contábil do último exercício social, já exigíveis na forma da lei, que comprove a boa situação financeira da proponente, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

a.1) O referido balanço quando escriturado em forma não digital deverá ser devidamente certificado por profissional registrado no Conselho de Contabilidade, mencionando obrigatoriamente, o número do livro diário e folha em que o mesmo se acha transcrito. Se possível, apresentar também termos de abertura e de encerramento dos livros contábeis.

a.2) O referido balanço quando escriturado em livro digital deverá vir acompanhado de "Recibo de entrega de livro digital". Se possível, apresentar também termos de abertura e de encerramento dos livros contábeis.

a.3) Quando Sociedade Anônima – S.A, o balanço patrimonial deverá estar devidamente registrado na Junta Comercial ou vir acompanhado do Certidão da Junta Comercial que ateste o arquivamento da ata da Assembleia Geral Ordinária de aprovação do Balanço Patrimonial, conforme prevê o §5º do artigo 134, da Lei nº 6.404/76.

b) A comprovação da boa situação financeira da empresa proponente será efetuada com base no balanço apresentado, e deverá, obrigatoriamente, ser formulada, formalizada e apresentada pela empresa proponente em papel timbrado da empresa, assinada por profissional registrado no Conselho de Contabilidade e pelo diretor, sócio ou representante da empresa licitante com poderes para tal investidura, aferida mediante índices e fórmulas abaixo especificadas:

- $ILG = (AC+RLP) / (PC+ELP) \geq 1$
- $ILC = (AC) / (PC) \geq 1$
- $ISG = AT / (PC+ELP) \geq 1$

Onde:

ILG = índice de liquidez geral
ILC = índice de liquidez corrente
ISG = índice de solvência geral
AT = ativo total
AC = ativo circulante
RLP = realizável a longo prazo
PC = passivo circulante
ELP = exigível a longo prazo
PL = patrimônio líquido

b.1) A Licitante que apresentar resultado menor que 01 (um), em qualquer dos índices citados no subitem anterior, quando de sua habilitação, estará inabilitada, exceto se comprovar capital social ou patrimônio líquido igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação que estará dispensada de apresentação dos referidos índices.

b.2) Na forma do Decreto Estadual nº 7.804 de 20 de fevereiro de 2013, **não** será exigida da **microempresa ou da empresa de pequeno porte** que venha a vencer o certame, a apresentação do balanço patrimonial do último exercício social.

c) Das empresas constituídas no ano em exercício independente de sua forma societária e regime fiscal, será exigida apenas a apresentação do Balanço de Abertura, dispensando-se o exigido nas alíneas "a" e "b" acima.

d) Certidão Negativa de Falência e Recuperação Judicial (ou equivalente, na forma da Lei) expedida pelo Cartório Distribuidor da sede da Licitante, com indicação do prazo de validade e não havendo somente será aceita com **data de emissão não superior a 60 (sessenta) dias da data de apresentação da proposta**. Se a Comarca possuir mais de um Cartório Distribuidor, deverá ser apresentada Certidão de todos os Cartórios Distribuidores existentes na Comarca. **Caso a participação no certame seja da filial, a Certidão Negativa de Falência e Recuperação Judicial deverá ser da filial e da matriz.**

10.4.4 Qualificação Técnica

Superintendência de Planejamento, Gestão e Finanças/SGPF
Gerência de Licitações, Contratos e Convênios/GELCC

A qualificação técnica será comprovada mediante a apresentação de:

a) No mínimo 01 (um) atestado/declaração fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a Licitante já forneceu, satisfatoriamente, objeto compatível com o desta licitação. O atestado/declaração deverá conter, no mínimo: o nome da empresa/órgão contratante, o nome do responsável por sua emissão e telefone para contato, caso necessário. O (s) atestado (s) poderá (ao) ser diligenciado (s) pelo Pregoeiro (a).

10.5. A Licitante deverá apresentar juntamente com as demais documentações, **DECLARAÇÃO** conforme modelo constante do Anexo II.

10.6. Nos casos em que a licitante for filial, poderão ser apresentados os seguintes documentos da matriz em detrimento dos documentos da filial, desde que aquela (matriz) centralize o recolhimento dos tributos:

- Balanço Patrimonial (CNPJ da Matriz);
- Certidão Negativa de Falência/Concordata (CNPJ da Matriz);
- E demais casos que estejam expressos no próprio documento/certidão ou previstos em Lei.

10.7. Os documentos extraídos pela INTERNET poderão ter seus dados conferidos perante o site.

10.8. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documento em substituição aos documentos requeridos no presente Edital, exceto às situações previstas no Anexo I – Termo de Referência.

10.9. Para microempresas e empresas de pequeno porte, em cumprimento ao § 1º do artigo 43 da Lei Complementar nº 123/2006, alterado pela Lei Complementar nº 147, de 07 de agosto de 2014, caso haja alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis para a regularização da documentação, contados do momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa.

10.9.1 O tratamento favorecido previsto no item 10.9 somente será concedido se as microempresas e empresas de pequeno porte apresentarem no certame toda a documentação fiscal exigida, mesmo que esta contenha alguma restrição.

10.9.2 O motivo da irregularidade fiscal pendente será registrado pelo Pregoeiro em ata, com a indicação do documento necessário para comprovar a regularização.

10.9.3 A não-regularização da documentação, no prazo previsto no item 10.9, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei Federal nº 8.666/93, sendo facultado à Administração restabelecer a etapa competitiva de lances entre os participantes, nos termos do art. 20-A, Lei Estadual nº 17.928/2012, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

10.10. Se a oferta não for aceitável ou se a Licitante desatender as exigências habilitatórias, salvo na situação prevista no item 10.9, o Pregoeiro restabelecerá a etapa competitiva de lances entre os participantes, nos termos do art. 20-A, Lei Estadual nº 17.928/2012.

10.11. As certidões que não possuírem prazo de validade, somente serão aceitas com data de emissão não superior a 30 (trinta) dias contados da data da emissão do documento, exceto a Certidão Negativa de Falência e Recuperação Judicial (ou equivalente), cuja data de emissão não poderá exceder 60 (sessenta) dias da data de apresentação da proposta.

10.12. Os documentos apresentados no ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO (inclusive declarações e atestados), com data de emissão posterior à do encerramento do certame (fase de lances), acarretarão a inabilitação da proponente.

10.13. Os originais ou cópias autenticadas dos documentos exigidos neste Edital deverão ser enviados em envelope fechado e lacrado contendo os dizeres descritos no seguinte endereço: Av. Anhanguera, Qd. R-1, Lote 26, nº 7.171, Sala 25 - térreo, Setor Oeste, Goiânia-Goiás.

“Proposta de Preços e Documentos de Habilitação”
Secretaria de Estado de Educação, Cultura e Esporte
Gerência de Licitações, Contratos e Convênios
Pregão Eletrônico nº 010/2017
(Razão Social da Licitante e CNPJ/MF)

Superintendência de Planejamento, Gestão e Finanças/SGPF
Gerência de Licitações, Contratos e Convênios/GELCC

- 10.13.1 ATENÇÃO! OS DOCUMENTOS CONSTANTES DO ENVELOPE DEVERÃO VIR NUMERADOS E RUBRICADOS, EM TODAS AS SUAS FOLHAS, PELO (S) REPRESENTANTE (S) LEGAL (IS) DA (S) EMPRESA (S), RESGUARDANDO, DESSA FORMA, A SEGURANÇA DAS LICITANTES E DO (A) PREGOEIRO (A) ACERCA DE EVENTUAIS PERDAS OU EXTRAVIOS DE DOCUMENTOS.**
- 10.13.2** Adverte-se, porém, que tais documentos somente serão analisados pelo Pregoeiro (a) e, se necessário, por pareceristas técnicos, posteriormente à entrega.
- 10.14.** No julgamento da habilitação e das propostas, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

11. DOS RECURSOS

- 11.1.** Declarada a vencedora, ao final da sessão, qualquer Licitante poderá manifestar, motivadamente, no prazo de até 10 (dez) minutos, a intenção de recorrer da decisão do Pregoeiro, com o registro da síntese de suas razões em campo próprio definido pelo Sistema Eletrônico.
- 11.1.1** A intenção motivada de recorrer é aquela que identifica, objetivamente, os fatos e o direito que a Licitante pretende que sejam revistos pelo (a) Pregoeiro (a), sendo que a falta de manifestação imediata e motivada importará a decadência do direito de recorrer.
- 11.2.** A Licitante que manifestar intenção de interpor recurso será concedido o prazo de 03 (três) dias para apresentação das razões do recurso, **somente por meio de formulário próprio do Sistema Eletrônico**, ficando os demais Licitantes desde logo intimados para apresentarem, **somente por meio de formulário próprio do Sistema Eletrônico**, contrarrazões em igual prazo, cuja contagem terá início no primeiro dia útil subsequente ao do término do prazo da Recorrente.
- 11.2.1** Não serão conhecidos os recursos interpostos após os respectivos prazos legais, bem como os que forem enviados pelo chat, fax, correios ou entregue pessoalmente.
- 11.3.** O exame, a instrução e o encaminhamento dos recursos, quando não reformada a decisão pelo (a) Pregoeiro (a), à Secretaria de Estado de Educação, Cultura e Esporte para apreciá-los serão realizados pelo (a) Pregoeiro (a) no prazo de até 3 (três) dias úteis, podendo este prazo ser dilatado até o dobro, por motivo justo.
- 11.3.1** A Secretaria de Estado de Educação, Cultura e Esporte competente terá o prazo de até 3 (três) dias úteis para decidir o recurso, podendo este prazo ser dilatado até o dobro, por motivo justo, devidamente comprovado.
- 11.4.** O acolhimento do recurso pelo (a) Pregoeiro (a) ou pela Secretaria de Estado de Educação, Cultura e Esporte importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 11.5.** A decisão do recurso será publicada no site www.comprasnet.go.gov.br.

12. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

- 12.1.** Inexistindo manifestação recursal, o Pregoeiro adjudicará o objeto à licitante vencedora. Decidido os recursos, a autoridade superior fará a adjudicação do objeto da licitação.
- 12.2.** A homologação da presente licitação compete a Secretária de Estado de Educação, Cultura e Esporte.

13. DOS RECURSOS FINANCEIROS E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1 A (s) despesa (s) da presente licitação correrá (ão) à conta do **Tesouro Estadual** consignados no Orçamento, a cargo da Secretaria de Estado de Educação, Cultura e Esporte, cujo programa de trabalho e elemento de despesa são:

Descrição	Código	Denominação
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	2202	SUPERINTENDÊNCIA EXECUTIVA DE EDUCAÇÃO
FUNÇÃO	12	EDUCAÇÃO
SUBFUNÇÃO	368	EDUCAÇÃO BÁSICA
PROGRAMA	1016	PROGRAMA EXCELÊNCIA E EQUIDADE – AÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO E MELHORIA DA EDUCAÇÃO

Superintendência de Planejamento, Gestão e Finanças/SGPF
Gerência de Licitações, Contratos e Convênios/GELCC

AÇÃO	2072	EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E ENSINO MÉDIO INTEGRADA OU CONCOMITANTE À
GRUPO DE DESPESA	03	OUTRAS DESPESAS CORRENTES
FONTE DE RECURSO	100	RECEITAS ORDINÁRIAS

14. DAS CONDIÇÕES PARA CONTRATAÇÃO

- 14.1. Como condição para celebração do contrato ou instrumento equivalente, a Licitante vencedora deverá manter as condições de habilitação.
- 14.2. Homologada a licitação, a Licitante vencedora será convocada para no prazo de 05 (cinco) dias úteis, retirar a (s) Nota (s) de Empenho (s) ou assinar o contrato, sob pena de decair o direito de contratação, podendo este prazo ser prorrogado, a critério da Administração, desde que ocorra motivo justificado.
- 14.2.1 A entrega será integral e imediata, dispensando o instrumento contratual, nos moldes do artigo 62 da Lei Federal nº 8.666/1993
- 14.2.2 Se a Licitante vencedora não celebrar o contrato/instrumento equivalente ou não apresentar situação regular, é facultado a Administração examinar e verificar a aceitabilidade das propostas subsequentes, na ordem de classificação, procedendo à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas em lei, nos termos do art. 11, § 1º, do Decreto Estadual nº 7.468/2011.
- 14.2.3 Quando da contratação com autor de proposta subsequente àquela melhor classificada, deverá a Administração negociar o valor, procurando aproximá-lo daquele ofertado inicialmente, conforme determinado no art. 11, § 2º, do Decreto Estadual nº 7.468/2011.
- 14.3. Decorridos 120 (cento e vinte) dias da data de entrega das propostas, sem convocação para a contratação, ficam os licitantes liberados dos compromissos assumidos.
- 14.4. A Adjudicatária é obrigada a aceitar nas mesmas condições da licitação, **os acréscimos ou supressões de até 25%** (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato ou instrumento equivalente, nos termos do artigo 65, § 1º, da Lei Federal nº 8.666/93.
- 14.5. A Secretaria de Estado de Educação, Cultura e Esporte indicará um gestor e uma comissão para fiscalizar, acompanhar e verificar a perfeita execução do contrato em todas as suas fases, até o recebimento definitivo do objeto, nos termos dos artigos 51 a 54 da Lei Estadual nº 17.928/2012.
- 14.6. A Licitante vencedora é vedada a cessão, subcontratação ou a transferência a terceiros do objeto total ou parcial deste Edital.

15. DO RECEBIMENTO DO OBJETO, DO PAGAMENTO E DO FATURAMENTO

- 15.1. Os produtos e equipamentos, objeto do presente procedimento, serão **recebidos provisoriamente**, para verificação de conformidade com o Anexo I – Termo de Referência deste edital. Após esta verificação, se os produtos e equipamentos atenderem a todos os requisitos, serão **recebidos definitivamente**, caso contrário, o fornecedor deverá realizar as adequações pertinentes e até mesmo a troca do objeto, se necessário, para atender aos requisitos mínimos descritos, sob pena das sanções legais cabíveis ao caso.
- 15.1.1 O recebimento dos produtos e equipamentos será confiado a uma comissão de, no mínimo, 03 (três) membros, nos termos do § 8º, art. 15, Lei Federal nº 8.666/93.
- 15.1.2 No ato da entrega, não será permitida a substituição da marca do produto adjudicado.
- 15.2. Os materiais e equipamentos serão fornecidos, somente, após a emissão da Ordem de Fornecimento pela Contratante.
- 15.3. O prazo para a retirada da Ordem de Fornecimento e Nota de Empenho será de até 05 (cinco) dias úteis, contados da convocação.
- 15.4. Caso a empresa adjudicatária deixe de cumprir as condições de entrega constantes de sua proposta de preços, será instaurado processo administrativo para verificação de sua responsabilidade, assegurado o contraditório e a ampla defesa, sendo-lhe expedida notificação formal e, ao final, caso haja aplicação de alguma penalidade, será encaminhado expediente à Secretaria de Estado de Educação, Cultura e

Superintendência de Planejamento, Gestão e Finanças/SGPF
Gerência de Licitações, Contratos e Convênios/GELCC

Esporte, para anotação em seu registro cadastral, estando, ainda, sujeita as sanções administrativas constantes no item 16 deste Edital.

- 15.5.** O pagamento à Contratada, após cumpridas as exigências estabelecidas, será efetuado em até 30 (trinta) dias a partir da protocolização da Nota Fiscal/Fatura, devidamente atestada. A Nota Fiscal/Fatura deverá atender às exigências dos Órgãos de Fiscalização, inclusive quanto ao prazo da autorização para emissão e conter: descrição e quantitativo do item conforme o solicitado na ordem de fornecimento, lote, validade, marca, número de processo, número do empenho, número do procedimento, tipo de licitação, valor unitário e total de cada item, observando o disposto nos subitens **6.3.1 e 6.3.2**.
- 15.6.** Na ocorrência de rejeição da Nota Fiscal/Fatura, motivada por erro ou incorreções, o prazo estipulado no item 15.5, passará a ser contado a partir da data da sua reapresentação.
- 15.7.** O pagamento será efetuado mediante depósito bancário na conta-corrente indicada pela Contratada na proposta de preços, por meio de ordem bancária.
- 15.8.** A Contratada deverá informar na correspondente Nota Fiscal/Fatura seus dados bancários para a realização do respectivo pagamento.
- 15.9.** Para efetivação do pagamento, a regularidade fiscal e trabalhista deverá ser comprovada pelos documentos hábeis ou por meio do Certificado de Registro Cadastral – CRC, e outros documentos que possam ser considerados pertinentes pelo setor responsável pelo pagamento da SEDUCE/GO, devendo a contratada manter todas as condições de habilitação exigidas pela Lei.
- 15.10.** Ocorrendo atraso no pagamento, a contratada fará jus à compensação financeira devida, desde a data limite fixada para pagamento até a data correspondente ao efetivo pagamento da parcela. Os encargos moratórios pelo atraso no pagamento serão calculados pela seguinte fórmula:

EM = N x Vp x (I/365) onde:

EM = Encargos moratórios a serem pagos pelo atraso do pagamento;

N = Número de dias em atraso, contados da data limite fixada para pagamento e a data do efetivo pagamento;

Vp = Valor da parcela em atraso;

I = IPCA anual acumulado (Índice de Preços ao Consumidor Ampliado do IBGE)/100.

- 15.11.** Para efeito de emissão da Nota Fiscal, o número do CNPJ é nº 01.409.705/0001-20.

16. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 16.1.** Constituem ilícitos administrativos, sem prejuízo das sanções penas cabíveis, além da prática dos atos previstos nos artigos 81, 86, 87 e 88 da Lei Federal nº 8.666/93, a prática dos atos previstos no art. 7º da Lei Federal nº 10.520/2002 ou em dispositivos de normas que vierem a substituí-los.
- 16.2.** Ao licitante que incorra nas faltas referidas no item 16.1, aplicam-se, segundo a natureza e a gravidade da falta, assegurados a ampla defesa e o contraditório, as sanções previstas nos artigos 86 a 88 da Lei Federal nº 8.666/93, e no art. 7º da Lei Federal nº 10.520/2002.
- 16.3.** Nas hipóteses previstas no item **16.1**, o Licitante poderá apresentar sua defesa no prazo de 10 (dez) dia úteis, contados da notificação do ato, sendo facultada a produção de todas as provas admitidas em direito, por iniciativa e as expensas daquele que as indicou.
- 16.3.1** Quando necessárias, as provas serão produzidas em audiência previamente designada para este fim.
- 16.3.2** Concluída a instrução processual, a comissão designada ou, quando for o caso, o serviço de registro cadastral, dentro de 15 (quinze) dias, elaborará o relatório final e remeterá os autos para deliberação da autoridade competente para aplicar a penalidade.
- 16.4.** A inexecução contratual, inclusive por atraso injustificado na execução do contrato, sujeitará o Licitante, além das sanções referidas no item **16.2**, à multa de mora, na forma prevista neste instrumento, graduada de acordo com a gravidade da infração, obedecidos os seguintes limites máximos:
- a) 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato ou instrumento equivalente, em caso de descumprimento total da obrigação, inclusive no caso de recusa do adjudicatário em firmar o contrato ou retirar a nota de empenho, dentro de 10 (dez) dias contados da data de sua convocação.

Superintendência de Planejamento, Gestão e Finanças/SGPF
Gerência de Licitações, Contratos e Convênios/GELCC

- b) 0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor da parte do fornecimento ou serviço não realizado ou sobre a parte da etapa do cronograma físico de obras não cumpridas.
- c) 0,7% (sete décimos por cento) sobre o valor da parte do fornecimento ou serviço não realizado ou sobre a parte da etapa do cronograma físico de obras não cumpridas, por cada dia subsequente ao trigésimo.
- 16.4.1** A multa a que se refere este item não impede que a administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as demais sanções previstas na Lei Estadual nº 17.928/2012.
- 16.4.2** O valor da multa será descontado dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou, ainda, se for o caso, cobrada judicialmente.
- 16.5.** A suspensão de participação em licitação e o impedimento de contratar com a Administração serão graduados pelos seguintes prazos:
- a) 06 (seis) meses, nos casos de:
- a.1) Aplicação de duas penas de advertência, no prazo de 12 (doze) meses, sem que o fornecedor tenha adotado as medidas corretivas no prazo determinado pela Administração.
- a.2) Alteração da quantidade ou qualidade da mercadoria fornecida.
- b) 12 (doze) meses, no caso de retardamento imotivado da execução de obra, de serviço, de suas parcelas ou do fornecimento de bens.
- c) 24 (vinte e quatro) meses, nos casos de:
- c.1) Entregar como verdadeira mercadoria falsificada, adulterada, deteriorada ou danificado.
- c.2) Paralisação de serviço, de obra ou de fornecimento de bens sem justa fundamentação e prévia comunicação à Administração.
- c.3) Praticar ato ilícito visando frustrar os objetivos de licitação no âmbito da Administração Estadual.
- c.4) Sofrer condenação definitiva por praticar, por meio doloso, fraude fiscal no recolhimento de qualquer tributo.
- 16.6.** Ao licitante que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do seu objeto ou o executar de forma ineficaz, não manter a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração e será descredenciado do CADFOR, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas neste edital e das demais cominações legais.
- 16.7.** O licitante que praticar infração prevista no item 16.5, alínea “c”, será declarado inidôneo, ficando impedido de licitar e contratar com a Administração Estadual, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida quando ressarcida a Administração dos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da respectiva sanção.
- 16.8.** Qualquer penalidade aplicada será imediatamente informada à Unidade Gestora de Serviços de Registro Cadastral.

17. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 17.1.** Este edital e seus Anexos, bem como a proposta da Licitante, farão parte integrante do contrato ou da Nota de Empenho se está o substituí-lo.
- 17.2.** É facultado ao Pregoeiro ou Autoridade Competente, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar na proposta.
- 17.3.** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no

Superintendência de Planejamento, Gestão e Finanças/SGPF
Gerência de Licitações, Contratos e Convênios/GELCC

mesmo horário e local anteriormente estabelecidos, desde que não haja comunicação do (a) Pregoeiro (a) em contrário.

- 17.4.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á do dia do início e incluir-se-á a do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Secretaria de Estado de Educação, Cultura e Esporte.
- 17.5.** O desatendimento de exigências formais não essenciais, não importaria no afastamento da Licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.
- 17.5.1** Exigências formais não essenciais são aquelas cujo descumprimento não acarrete irregularidade no procedimento, em termos de processuais, bem como não importe em vantagem a um ou mais licitantes em detrimento dos demais.
- 17.6.** As normas que disciplinam este Pregão Eletrônico serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento da segurança do futuro contrato ou instrumento equivalente.
- 17.7.** A autoridade competente para a aprovação do procedimento somente poderá **revogar** a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo **anulá-la** por ilegalidade, de ofício ou por provação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.
- 17.7.1** A anulação do procedimento licitatório por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar.
- 17.7.2** A nulidade do procedimento licitatório induz à do contrato ou da nota de empenho se está o substituir, neste caso, ressalvado o disposto no parágrafo único do artigo 59 da Lei Federal nº 8.666/93.
- 17.8.** Quando todas as propostas forem desclassificadas, o (a) Pregoeiro (a) publicará novo aviso de pregão e estabelecerá outra data, para o recebimento de novas propostas, conforme disposto no inciso XVIII, art. 12, Decreto Estadual nº 7.468/11.
- 17.9.** Os proponentes assumirão todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Secretaria de Estado de Educação, Cultura e Esporte não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 17.10.** É de responsabilidade da Licitante o acompanhamento do processo pelo site www.comprasnet.go.gov.br.
- 17.11.** Havendo divergências entre a descrição do objeto constante no Edital e aquela constante no site www.comprasnet.go.gov.br e Nota de Empenho, prevalecerá, sempre, a descrição deste Edital.
- 17.12.** A Administração poderá, até a assinatura do contrato, inabilitar o licitante, por despacho fundamentado, sem direito a indenização ou ressarcimento e sem prejuízo de outras sanções cabíveis, se vier a ter conhecimento de fato ou circunstância anterior ou posterior ao julgamento da licitação que desabone a habilitação jurídica, as qualificações técnica e econômico-financeira e a regularidade fiscal do licitante. Neste caso, o (a) Pregoeiro (a) deverá restabelecer a etapa competitiva de lances entre os licitantes, nos termos do art. 20-A, da Lei Estadual nº 17.928/2012.
- 17.13.** Para dirimir as questões relativas ao presente edital, elege-se como foro competente o de Goiânia – Estado de Goiás, com exclusão de qualquer outro.

18. DOS ANEXOS

São partes integrantes deste Edital, os seguintes anexos:

ANEXO I – Termo de Referência

ANEXO II – Modelo de Declaração

ANEXO III – Modelo de Declaração de Enquadramento na Lei Complementar nº 123/2006

ANEXO IV – Modelo de Proposta de Preços

Goiânia, xx de xxxxxxxx de 2017.

Wolney Arruda de Lima
Pregoeiro

ANEXO I – TERMO REFERÊNCIA

1. Objeto

1.1. Contratação de empresa para o fornecimento de materiais e equipamentos, com a finalidade de garantir condições adequadas para a oferta dos cursos de Educação Profissional nas Unidades Educacionais da SEDUCE, bem como possibilitar a expansão desta modalidade de ensino na rede.

1.2. Os materiais e equipamentos serão necessários para atender aos cursos de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional, visando expandir o atendimento e melhorar a qualidade da educação Profissional.

2. Justificativa

2.1. A presente aquisição se justifica em razão da necessidade de ampliação das Unidades Escolares da SEDUCE que ofertam cursos técnicos de nível médio, decorrente das necessidades de seus alunos e professores, nas formas de oferta concomitante e integrada ao ensino médio, inclusive na modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA, aliando, assim, à educação básica uma sólida formação técnica-profissional a seus alunos.

3. Especificação dos Objetos, Quantidades e Valor Estimado

3.1. As especificações dos objetos e quantidades contam do item 3.4 deste Termo de Referência.

3.2. Todos os produtos discriminados no item 3.4 deverão ser de fabricação recente e produzidos conforme as normas técnicas aplicáveis da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.

3.3. O valor estimado para esta aquisição é de R\$ 390.593,70 (trezentos e noventa mil, quinhentos e noventa e três reais e setenta centavos).

3.4. Os valores de referência foram obtidos por meio de 03 (três) orçamentos colhidos junto ao mercado, e anexados aos presentes autos, conforme especificado abaixo:

Lote 01

Reservado à Participação de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte. Conforme determinação do Artigo 9º da Lei Estadual nº 17.928/2012

Item	Descrição	Quant.	Unid.	V. Unit. Méd.	V. Total Méd.
1	Modelo anatômico humano adulto com pontos para aplicação de líquido com órgãos repr/excr. Masc/fem Modelo anatômico humano; modelo anatômico humano de articulações que produzem os movimentos humanos, dobrável c/ maleta para armazenar; com alt. 1,70m; peso 25 kg aprox.; pontos de aplicações com líquidos, com órgãos reprodutores/excretadores masculino e feminino intercambiáveis e os principais órgãos internos: pulmão, coração, estômago, intestino, bexiga, com cavidades torácica, abdominal e sexuais /excretadores acessíveis por tampões que simulam superfície do corpo, com acesso as articulações, c/detalhes de boca (dentição, língua, palato), orifício para traqueostomia. Composto de borrachas e resinas sintéticas.	2	Unid.	11.083,33	22.166,66
2	Modelo anatômico humano, (corpo inteiro, bebe) Modelo anatômico humano de corpo inteiro com sinalizador luminoso para verificar a correta execução de procedimentos; com aproximadamente 0.60cm, simulando corpo inteiro de um bebe; masculino; não dissecável; com abdome realístico, vias respiratórias descartáveis, cabeça, pescoço e mandíbulas móveis; em plástico inquebrável.	2	Unid.	7.350,00	14.700,00
3	Manequim adulto (torso) para treinamento de RCP em material resistente, com as seguintes dimensões aproximadas: Altura 22 cm, Largura 35 cm e Comprimento 68 cm.	2	Unid.	2.275,00	4.550,00
4	Modelo anatômico humano de braço para treinamento de injeção intravenosa; com dimensões compatíveis para treinamento; assexuado; não dissecável; deve permitir acesso as veias basilica, cefálica, intermédia do cotovelo e periféricas p/sangue; em pele artificial em material macio. Deve incluir base em metal, sangue artificial, frasco e seringa.	2	Unid.	1.668,33	3.336,66
VALOR TOTAL LOTE 01					R\$ 44.753,32

Lote 02

Reservado à Participação de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte. Conforme determinação do Artigo 9º da Lei Estadual nº 17.928/2012					
Item	Descrição	Quant.	Unid.	V. Unit. Méd.	V. Total Méd
1	Almofariz com pistilo fabricado em vidro, capacidade 250ml.	5	Unid.	80,50	402,50
2	Almofariz com pistilo fabricado em vidro, capacidade 100ml.	5	Unid.	55,42	277,10
3	Balão com fundo chato - junta 24/40 - boros silicato 100ml, altura/bulbo 65x65mm.	15	Unid.	28,00	420,00
4	Balão com fundo chato - junta 24/40 - boros silicato 100ml, altura/bulbo 175x175mm.	10	Unid.	80,50	805,00
5	Balão com fundo redondo - sem junta - borossilicato 500ml, bulbo/altura 105x175x70mm.	15	Unid.	21,00	315,00
6	Balão com fundo redondo - sem junta - borossilicato 100ml, bulbo/altura 64x115x50mm.	15	Unid.	13,42	201,30
7	Balão com fundo redondo - sem junta - borossilicato 1000ml, bulbo/altura 131x210x80mm.	10	Unid.	30,86	308,40
8	Balão volumétrico com rolha de polietileno 50ml.	15	Unid.	19,25	288,75
9	Balão volumétrico com rolha de polietileno 20ml.	15	Unid.	19,25	288,75
10	Balão volumétrico com rolha de polietileno 250ml.	10	Unid.	27,42	274,20
11	Bastão de vidro 300x10mm.	30	Unid.	4,20	126,00
12	Bastão de vidro 300x6mm.	30	Unid.	1,98	59,40
13	Bastão de vidro 300x5mm.	30	Unid.	2,45	73,50
14	Copo béquer - forma baixa - graduado com bico - borossilicato 100ml, altura 50x70mm.	15	Unid.	6,71	100,65
15	Copo béquer - forma baixa - graduado com bico - borossilicato 150ml, altura 60x80mm.	15	Unid.	6,24	93,60
16	Copo béquer - forma baixa - graduado com bico - borossilicato 600ml, altura 90x125mm.	10	Unid.	10,50	105,00
17	Copo béquer - forma baixa - graduado com bico - borossilicato 1000ml, altura 105x145mm.	10	Unid.	18,08	180,80
18	Cadinho de vidro com placa porosa (tipo gooch) 30ml-poros. 1 de 100 a 160 micras.	15	Unid.	107,33	1.609,95
19	Cadinho de vidro com placa porosa (tipo gooch) 30ml-poros. 2 de 40 a 100 micras.	15	Unid.	107,33	1609,95
20	Capsula de evaporação de 300ml diam. De 130mm.	10	Unid.	90,42	904,20

21	Capsula de evaporação de 1000ml diam. De 200mm.	5	Unid.	310,92	1.554,60
22	Erlenmeyer graduado - boca estreita - borossilicato 50ml gargalo x 0 corpo x altura 22x51x85mm.	5	Unid.	8,52	42,60
23	Erlenmeyer graduado - boca estreita - borossilicato 500ml gargalo x 0 corpo x altura 34x105x170mm.	5	Unid.	15,52	77,60
24	Erlenmeyer graduado - boca estreita - borossilicato 250ml gargalo x 0 corpo x altura 34x85x135mm.	10	Unid.	11,08	110,80
25	Erlenmeyer graduado - boca estreita - borossilicato 1000ml gargalo x 0 corpo x altura 42x131x215mm.	10	Unid.	27,77	277,70
26	Erlenmeyer graduado - boca larga - borossilicato 100ml gargalo x 0 corpo x altura 34x64x105mm.	10	Unid.	13,88	138,80
27	Erlenmeyer graduado - boca larga - borossilicato 300ml gargalo x 0 corpo x altura 50x85x135mm.	15	Unid.	13,88	208,20
28	Erlenmeyer graduado - boca larga - borossilicato 1000ml gargalo x 0 corpo x altura 50x131x215mm.	10	Unid.	33,83	338,30
29	Erlenmeyer graduado - boca estreita - borossilicato 2000ml gargalo x 0 corpo x altura 50x166x275mm.	5	Unid.	47,83	239,15
30	Funil analítico liso com haste curta - ângulo 60 - borossilicato 100mm haste - capacidade 13x110mm - 180ml.	15	Unid.	13,88	208,20
31	Funil analítico liso com haste curta - ângulo 60 - borossilicato 120mm haste - capacidade 15x120mm - 250ml.	15	Unid.	31,50	472,50
32	Lamparina a álcool com tampa de vidro 150ml - altura 118mm.	15	Unid.	15,58	233,70
33	Pipeta sorológica graduada 2ml subdivisão x tolerância 0,10x0,02ml.	15	Unid.	4,67	70,05
34	Pipeta sorológica graduada 20ml subdivisão x tolerância 0,10x0,10ml.	15	Unid.	8,34	125,10
35	Pipeta sorológica graduada 1ml subdivisão x tolerância 0,01x0,01ml.	15	Unid.	5,60	84,00
36	Pipeta sorológica graduada 5ml subdivisão x tolerância 0,05x0,05ml.	15	Unid.	7,00	105,00
37	Pipeta Pasteur - borossilicato 3,3230mm - cx com 200pç	5	Unid.	508,67	2.543,35
38	Pipeta volumétrica 1ml - tolerância 0,015ml.	5	Unid.	11,89	59,45
39	Pipeta volumétrica 30ml - tolerância 0,060ml.	15	Unid.	18,67	280,05
40	Pipeta volumétrica 30ml - tolerância 0,040ml.	15	Unid.	14,00	210,00
41	Pipeta volumétrica 5ml - tolerância 0,03ml.	36	Unid.	13,53	487,08
42	Placa de Petri em vidro neutro 100x15mm - cx com 30pç.	30	Unid.	9,10	273,00

43	Placa de Petri em vidro neutro 100x20mm - cx com 10pç.	30	Unid.	10,03	300,90
44	Placa de Petri em vidro neutro 60x15mm - cx com 10pç.	30	Unid.	7,12	213,60
45	Placa de Petri em vidro neutro 80x15mm - cx com 10pç.	30	Unid.	7,23	216,90
46	Proveta com base de vidro hexagonal - borossilicato 100ml - subdivisão x tolerância 1,0x1,0ml.	30	Unid.	18,67	560,10
47	Proveta com base de vidro hexagonal - borossilicato 10ml - subdivisão x tolerância 0,02x0,02ml.	15	Unid.	14,00	210,00
48	Proveta com base de vidro hexagonal - borossilicato 500ml - subdivisão x tolerância 5,0x5,0ml.	10	Unid.	53,67	536,70
49	Termômetro digital portátil de tamanho compacto, display com tela de cristal líquido com 31/2 dígitos, fabricado em plástico ABS resistente, faixa de temperatura de -50°C a + 1300°C, precisão: 50°C a 1200°C +- 1°C sonda, incluso bateria, sonda de temperatura flexível e sonda de temperatura rígida.	5	Unid.	1948,33	9.741,65
50	Tubo de ensaio com rosca e tampa baquelite - borossilicato dimensões e capacidade 25 x 150mm - 50ml.	30	Unid.	6,63	198,90
51	Tubo de ensaio com rosca e tampa baquelite - borossilicato dimensões e capacidade 15 x 100mm - 11ml.	30	Unid.	3,24	97,20
52	Tubo de ensaio com rosca e tampa baquelite - borossilicato dimensões e capacidade 16 x 150mm - 20ml.	30	Unid.	3,62	108,60
53	Tubo de ensaio com rosca e tampa baquelite - borossilicato dimensões e capacidade 20 x 250mm - 33ml.	30	Unid.	6,53	195,90
54	Tubo de ensaio com rosca e tampa baquelite - borossilicato dimensões e capacidade 13 x 100mm - 9ml.	30	Unid.	3,03	90,90
55	Vidro relógio, confeccionado em vidro, resistente a altas temperaturas e solventes, diâmetro: 100mm	20	Unid.	11,90	238,00
56	Vidro relógio, confeccionado em vidro, resistente a altas temperaturas e solventes, diâmetro: 70mm	20	Unid.	3,83	76,60
57	Vidro relógio confeccionado em vidro, resistente a altas temperaturas e solventes, diâmetro: 50mm	20	Unid.	4,43	88,60
58	Vidro relógio confeccionado em vidro, resistente a altas temperaturas e solventes, diâmetro: 120mm	20	Unid.	7,35	147,00
59	Vidro relógio confeccionado em vidro, resistente a altas temperaturas e solventes, diâmetro: 180mm	20	Unid.	11,90	238,00
VALOR TOTAL LOTE 02					R\$ 29.842,83

Lote 03

Reservado à Participação de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte. Conforme determinação do Artigo 9º da Lei Estadual nº 17.928/2012					
Item	Descrição	Quant.	Unid.	V. Unit. Méd.	V. Total Méd.
1	<p>KIT DE FERRAMENTAS CONTENDO: 1 Caixa plástica de ferramentas 19" com 2 organizadores na tampa, com bandeja organizadora e fechos metálicos de alta qualidade. 4 Chaves com ponta magnetizada (1 Chaves Phillips Nº 0 , 1 Chaves Phillips Nº 1, 1 Chaves de Fenda 1/4", 1 Chaves de Fenda 3/16") 1 Chaves de Porca 1/8" 1 Chaves de Porca 3/16" 2 Chaves Reversíveis 1 Chave Inglesa 1 Alicate Descascador Fio 1 Alicate de Bico Fino 1 Alicate de bico meia-cana de 6" 1 Alicate de corte diagonal de 6" 1 Alicate universal 8" 3 Pinças de alta qualidade de aço inoxidável de precisão ESD antiestética, antimagnético e antiaderente com um revestimento de tinta anticorrosiva. (110 milímetros, 115 milímetros e 140 milímetros) 1 Extrator 1 Inserir 1 Ferro de Solda de 30 watts. Com suporte 1 Tubo de Solda 1 Tubo de Parafusos 1 Chave testa fase com Ponta Fenda 1 Kit Chave hexagonal 3 Chaves torx tamanhos T6, T10 e T15 1 Kit Chaves de precisão</p>	50	Unid.	270,67	13.533,50
2	Testador de Cabos RJ-45 RJ-11	50	Unid.	53,67	2.683,50
3	Switch 24 Portas 10/100/1000	10	Unid.	1.067,50	10.675,00
4	Patch Pannel 24 Portas Cat. 5E	10	Unid.	232,33	2.323,30
5	Caixas de Cabo Lan Cat. 5E	5	Unid.	404,83	2.024,15
6	Alicate C/Catraca P/RJ 45/RJ11	50	Unid.	120,17	6.008,50
7	Pacote com 100 unidades Conector RJ45 Cat. 5E	10	Unid.	56,00	560,00
8	HD Externo Portátil USB 3.0 1TB	5	Unid.	558,83	2.794,15
9	Adaptador Wireless USB de 150 Mbps: Padrões IEEE 802.11b / IEEE 802.11g / IEEE 802.11n	50	Unid.	137,67	6.883,50
10	Roteador 300MBPS: Padrões IEEE 802.11b / IEEE 802.11g / IEEE 802.11n. Interface de 4 Portas LAN 10/100Mbps,	5	Unid.	234,50	1.172,50

	1 Porta WAN 10/100Mbps e 1 Porta USB 2.0. Antena onidirecional destacável de 3dBi.				
11	Pulseira antiestética	100	Unid.	49,00	4.900,00
12	Testador de portas USB com 4 dígitos	50	Unid.	56,00	2.800,00
13	Multímetro Digital	50	Unid.	121,33	6.066,50
14	Fonte ATX P4 – 200W real	50	Unid.	80,50	4.025,00
15	Testa Placa Mae Diagnostico 4 Dígitos Pci Pc Analyzer Cpu	50	Unid.	197,17	9.858,50
VALOR TOTAL LOTE 03					R\$ 76.308,10

Lote 04 (Disputa Geral)

Item	Descrição	Quant.	Unid.	V. Unit. Méd.	V. Total Méd.
1	Capacete branco tipo jockey com carneira	13	Unid.	18,67	242,71
2	Capacete branco tipo jockey com carneira	13	Unid.	52,50	682,50
3	Carneira com ajuste de catraca e jugular	13	Unid.	70,00	910,00
4	Touca árabe	13	Unid.	14,00	182,00
5	Óculos de proteção fênix, óculos de segurança em policarbonato optico, com armação de nylon, hastes reguláveis e cordão de segurança. Contra raios UVA/UVB.	13	Unid.	8,75	113,75
6	Óculos de proteção águia, óculos de segurança em policarbonato óptico, lente curva, leve e resistente; hastes de material plástico tipo espátula maleável.	13	Unid.	8,75	113,75
7	Óculos de proteção netuno – Armação e visor confeccionado em policarbonato; hastes tipo espátula ,6fendas e fixas armação com proteção contra raios UVA e UVB.	13	Unid.	14,00	182,00
8	Óculos de proteção óculos de segurança spy, lentes em policarbonato, ultraleve, haste flexíveis contra raio UV	13	Unid.	14,00	182,00
9	Protetor auricular/ abafador	13	Unid.	35,00	455,00
10	Protetor auricular com espuma e cordão	13	Unid.	4,67	60,71
11	Protetor auricular de silicone com cordão	13	Unid.	5,25	68,25
12	Protetor auricular/abafador pomp muffler	13	Unid.	57,17	743,21
13	Mascara respiradora pff1 sem válvula	13	Unid.	4,08	53,04
14	Mascara respiradora pff1 com válvula	13	Unid.	4,67	60,71
15	Filtro químico p/ gases ácidos 6002	13	Unid.	103,83	1.349,79
16	Mascara respiradora – 8720, - Respirador purificador de ar de segurança, tipo peça semifacial filtrante para partículas, com formato tipo concha; Camadas de microfibras sintéticas tratadas eletrostaticamente	13	Unid.	9,92	128,96

17	Mascara respiradora – 8023, - Respirador purificador de ar tipo peça semifacial filtrante para partículas, no formato tipo concha, apresentando face externa na cor cinza e interna branca, com solda térmica em todo seu perímetro. Camadas de microfibras sintéticas tratadas eletrostaticamente e uma camada de microfibras impregnadas com partículas de carvão ativado	13	Unid.	40,83	530,79
18	Respirador air toxi, , tipo peça semifacial possui três aberturas em seu corpo: duas em cada lateral e uma na parte central inferior. As aberturas laterais existem dois dispositivos, um de cada lado, plásticos, dotados de tampa, com válvula de exalação na parte interna. Na abertura central inferior observa-se um bocal de material plástico, dotado de uma válvula de inalação na parte traseira. O bocal é confeccionado de material plástico rígido e é dotado de uma rosca interna na sua parte frontal, com um anel de vedação para fixação dos filtros. O corpo da peça possui um sistema de hastes laterais, em que são fixadas as presilhas de um tirante de cabeça, sendo este dotado de um suporte para a nuca	13	Unid.	80,50	1.046,50
19	Filtro químico para gases ácidos	13	Unid.	93,33	1.213,29
20	Respirador semifacial tamanho médio 6200	13	Unid.	220,50	2.866,50
21	Macacão lakeland proteção mecânica e química chemmax 2	13	Unid.	221,67	2.881,71
22	Macacão térmico confeccionado em nylon com aplicação de hidro-repelente na superfície, manta térmica interna de poliéster, capuz acoplado com ajuste por cordão, bolsos frontais, mangas largas, acabamento externo liso, acabamento interno matelado, fechamento frontal por zíper e aba com velcro, elástico nas	13	Unid.	210,00	2.730,00
23	Jaleco de sarja manga longa ¾ verde	13	Unid.	60,67	788,71
24	Blusão de segurança para soldador confeccionado em raspa de couro bovino curtido ao cromo, costurado com fio 100%algodão ou aramida com fechamento frontal em velcro, com elástico de ajuste embutido no cano da manga. Descrição técnica: Velcro para fechamento frontal. Espessura média de 1,50 mm Gramatura 0,0815 gramas/cm ² ou 0,815 kg/m ² .	13	Unid.	103,83	1.349,79

25	Calça de segurança, impermeável, de uso profissional, confeccionada em PVC com forro de poliéster totalmente soldado eletronicamente. Características: Ajuste na cintura através de cordão de algodão. Leve, anatômica, prática e resistente	13	Unid.	29,75	386,75
26	Capa de Chuva Trevira KP-400, com mangas e capuz fechamento por botões de pressão metálicos. Para que serve. Especificações Técnicas: Tamanho: GG Altura: 1,20mt Largura: 95cm	13	Unid.	105,00	1365,00
27	Colete tipo blusão com tela laranja	13	Unid.	47,60	618,80
28	Colete tipo blusão com fita refletiva branca laranja	13	Unid.	47,60	618,80
29	– Calça de Raspa - Calça de segurança confeccionada em raspa, cordão em náilon na cintura para ajuste.	13	Unid.	182,00	2366,00
30	Bota de pvc solado amarelo	13	Unid.	56,58	735,54
31	Bota de pvc cano longo	13	Unid.	64,17	834,21
32	Botina com bico de pvc fechamento com elástico	13	Unid.	69,65	905,45
33	Botina com bico de aço fechamento com elástico	13	Unid.	69,65	905,45
34	Botina no Buck marrom/ preta	13	Unid.	206,50	2.684,50
35	Botina com bico de pvc fechamento em cadarço	13	Unid.	80,50	1.046,50
36	Luva tricotada pigmentada branca	13	Unid.	4,25	55,25
37	Luva tricotada pigmentada preta	13	Unid.	4,25	55,25
38	Luva de pvc jato de areia mão esquerda - Luvas PVC Jato de Areia foram confeccionadas em malha em algodão com punho de lona, Interior com acabamento em malha de algodão, Luvas impermeáveis e resistentes à ação de agressivos ácidos e básicos, detergentes, sabões, amoníacos e similares, solventes orgânicos.	13	Unid.	33,19	431,47
39	Luva de pvc jato de areia mão direita - Luvas PVC Jato de Areia foram confeccionadas em malha em algodão com punho de lona, Interior com acabamento em malha de algodão, Luvas impermeáveis e resistentes à ação de agressivos ácidos e básicos, detergentes, sabões, amoníacos e similares, solventes orgânicos	13	Unid.	33,19	431,47
40	Luva de malha com palma emborrachada nitrolon - Luva confeccionada em fios 100% algodão e revestidas em látex sintético nitrílico na palma e dedos.	13	Unid.	17,44	226,72

41	Luva vaqueta petrobras dorso raspa mista	13	Unid.	16,33	212,29
42	- Luva de raspa tamanho 30cm - Luva de segurança, confeccionada em raspa, reforço externo em raspa entre os dedos polegar e indicador, reforço interno em raspa na palma e dedos, punhos 30 cm,	13	Unid.	36,40	473,20
43	Creme para a mão 3 em 1 pm 1000	13	Unid.	13,65	177,45
44	Luva previlon 605 - Luva de proteção contra riscos mecânicos Palma com revestimento em borracha natural vulcanizada com reforço entre polegar e indicador; • Forro em poliéster e poliamida; Revestimento em borracha natural vulcanizada (dorso ventilado); Antiderrapante; Punho tricotado em elástico.	13	Unid.	18,20	236,60
45	Luva termo raspa e couro - Luva de segurança confeccionada em raspa, reforço em couro na palma da mão e polegar, forrada com tecido de algodão e espuma na palma e dorso da mão; costurada em fios de aramida; resistência antivibratória na palma e dorso da mão.	13	Unid.	76,73	997,49
46	Luva nitrilica 900 – Luva de Borracha nitrilica, revestida internamente com flocos de algodão, espessura 0,45 mm, com acabamento antiderrapante na face palmar e dedos. Comprimento: 31 cm	13	Unid.	10,62	138,06
47	Luva isolante de borracha classe 2- 20 kv	13	Unid.	570,27	7.413,51
48	Luva de cobertura em couro - Luva de vaqueta para cobertura para uso em alta tensão de 30 a 40kv. Tamanho único. De acordo com a NR10, Luva de segurança confeccionada em vaqueta; Tira de reforço externo em vaqueta entre o polegar e indicador; Reforço meia lua em vaqueta no punho; Tira em vaqueta e fivela plástica para ajuste no dorso, punho em raspa.	13	Unid.	33,83	439,79
49	Mangote de raspa	13	Unid.	40,83	530,79
50	Luva de látex forrada confort	13	Unid.	8,05	104,65
51	Luva de látex para procedimentos caixa 100 um.	13	Unid.	23,33	303,29
52	Decibelímetro digital dec-460 c/calibrador interno	13	Unid.	723,33	9.403,29
53	Luxímetro digital ld-530 (lux e fc)	13	Unid.	466,67	6.066,71
54	Mala de resgate térmica tamanho p vazia - Mala térmica confeccionada em nylon,	13	Unid.	875,00	11.375,00

	nas cores padrão internacional azul e laranja medindo com duas divisões. Divisão para materiais de imobilização provisória, com bolso para guardar colares cervicais, bandagens, elásticos para ataduras de crepe, esparadrapo e fita crepe, fita de velcro para guarda de talas aramadas. Divisão contém bolsas internas para divisão de materiais por códigos em cores e fixadas por velcro. Tamanho "P" medindo 60 x 35 x 25 cm - Vazia				
55	Maca de polietileno infantil com sinto aranha e mobilizador lateral cabeça - Maca resistente e muito conhecida de praticamente todos os socorristas pela sua praticidade, quantidade de pegas abundantes e baixo peso, com Cinto Aranha e Imobilizador Lateral Cabeça Confeccionada com polímeros de polietileno, resina e catalisadores é totalmente atóxica e possui excelente fluabilidade. Possui três tamanhos, cada um próprio ao uso à que se destina, sem improvisos, todas com rebaixo para a abertura das vias aéreas. Caso seja necessário aumentar a carga, pode-se utilizar reforço em alumínio, item opcional, encaixado na parte de baixo da prancha. Medidas: 1280 mm de comprimento x 430 mm de largura x 50 mm de altura.	13	Unid.	793,33	10.313,29
56	Imobilizador lateral de cabeça - espuma injetada - re036	13	Unid.	466,67	6.066,71
57	Colar cervical p	13	Unid.	116,67	1.516,71
58	Máscara para rcp adc - re065	13	Unid.	140,00	1.820,00
59	Reanimador manual tipo ambu adulto - Para atendimento de emergência em hospitais, serviços de pronto socorro, ambulâncias, serviços de salvamento, piscinas, etc. Possibilita eficiente ventilação artificial com ar Reanimador Manual composto de balão auto inflável de silicone adulto capacidade 1600 ml. Válvula paciente transparente com mínimo espaço morto, com conector da máscara com movimento giratório, (swivel). Válvula de segurança que se abre aproximadamente 45 cm/h2O Máscara de PVC transparente, atóxica.	13	Unid.	560,00	7.280,00
60	Kit de primeiros socorros - re080	13	Unid.	338,33	4.398,29
61	Jogo de tala aramada em e.v.a - conj.c/4 peças	13	Unid.	110,83	1440,79

62	Colar cervical m	13	Unid.	53,67	697,71
63	Colar cervical g	13	Unid.	53,67	697,71
64	Manequim corpo inteiro adulto - modelo anatômico humano; confeccionado em material sintético mais próximo da pele humana; durável e inquebrável; corpo inteiro, adulto; assexuado; medindo aproximadamente 176 cm; não dissecável; com sistema eletrônico de simulação de RCP; incluindo manobra de ventilação e massagem cardíaca externa; acondicionado em maleta apropriada para conservação e transporte;	13	Unid.	10.383,33	134.983,29
VALOR TOTAL LOTE 04					R\$ 239.689,45
TOTAL LOTES 01, 02, 03 E 04					R\$ 390.593,70

3.5. Os equipamentos e utensílios a serem adquiridos foram organizados em lotes, cujo agrupamento se deu conforme as especificidades de cada laboratório que será montado nas Unidades Escolares que ofertam Educação Profissional.

4. Do Recebimento, Prazo, Local de Entrega e Fornecimento:

4.1. O prazo de entrega será IMEDIATO, a partir do recebimento da Ordem de Fornecimento/Nota de Empenho pela Fornecedora.

4.1.1. O não cumprimento do disposto no item 4.1 do presente termo acarretará a anulação do empenho bem como a aplicação das penalidades previstas no edital e a convocação do fornecedor subsequente, observada a ordem de classificação do certame;

4.1.2. No caso de impossibilidade de entrega no prazo estipulado, a Fornecedora deverá comunicar por escrito à Secretaria de Estado de Educação Cultura e Esporte - SEDUCE, podendo a justificativa ser aceita ou não. Caso do não aceite da justificativa incorrerá a Fornecedora nas sanções previstas neste termo de referência e na Lei n. 8.666/93;

4.1.3. No caso de entrega de Equipamentos e utensílios defeituosos, a Fornecedora deverá substituir, sem ônus adicionais e no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do recebimento da comunicação formal desta Administração, todos os produtos recusados na fase de recebimento;

4.1.4. A Fornecedora, por ocasião da entrega do material, deverá observar a perfeição dos equipamentos e utensílios, inclusive defeitos de fabricação e completude, respondendo, mesmo que após o recebimento definitivo, pela detecção ou descobrimento de defeitos ocultos, que tornem a utilização na sua finalidade.

4.2. A entrega será realizada no Almoarifado Central da SEDUCE, localizado na Avenida Perimetral Norte, nº 2859 – Quadra 1 Lote 2 – Galpão 78 – Condomínio Goiazem – Vila João Vaz – Goiânia – Goiás, mediante agendamento prévio pelo telefone (62) 3586-3775.

5. Condições Gerais:

5.1. A responsabilidade pelo recebimento e aprovação dos equipamentos e utensílios será do Núcleo de Organização e Atendimento Educacional, através de um Gestor a ser designado por meio de Portaria assinada pela Secretária de Estado de Educação, Cultura e Esporte.

6. Obrigações da Fornecedora:

6.1. Cumprir fielmente as obrigações constantes deste Termo de Referência, de forma que o fornecimento dos equipamentos e utensílios seja realizado com esmero.

6.1.1. Todos os encargos decorrentes da execução desta aquisição, tais como obrigações civis, trabalhistas, fiscais, previdenciárias, ou quaisquer outras, serão de exclusiva responsabilidade da FORNECEDORA.

6.2. Fornecer os equipamentos e utensílios, objeto deste Termo de Referência, que for do interesse da SEDUCE, de acordo com a sua solicitação e à medida que for solicitada sua aquisição, observados os prazos estipulados.

6.3. Efetuar a entrega dos equipamentos e utensílios no local indicado no item 4.2 deste Termo de Referência.

6.4. O recebimento dos objetos desta aquisição estará condicionado à conferência, de qualitativo e quantitativo para aceitação final, obrigando-se a FORNECEDORA a reparar, corrigir, substituir, no todo ou em parte, as eventuais incorreções porventura detectadas, sendo recebidos:

6.4.1. Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade dos equipamentos e utensílios com as especificações aceitas;

6.4.2. Definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade dos materiais fornecidos, e consequente aceitação, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, após a aceitação provisória;

6.5. Responsabilizar-se pelas despesas decorrentes da entrega, bem como pelo risco de perdas ou extravios, até o efetivo recebimento dos materiais pela SEDUCE.

6.6. Informar ao Núcleo de Organização e Atendimento Educacional sobre a disponibilidade de informações dos materiais disponíveis no mercado e assuntos que sejam de interesse da SEDUCE, podendo estes ocorrer por intermédio de catálogos, listas selecionadas e/ou demonstrações específicas.

6.7. Discriminar, obrigatoriamente, na Nota Fiscal, toda relação dos materiais do pedido.

6.8. Aceitar, nas mesmas condições propostas, acréscimos ou supressões determinadas pela SEDUCE, em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor adjudicado, na forma do art. 65, da Lei 8.666/93.

6.9. A FORNECEDORA obriga-se ainda a:

A). Manter, durante o fornecimento, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Termo de Referência.

B). Não transferir a outrem, no todo ou em parte, a responsabilidade pela entrega e fornecimento dos objetos da pretensa aquisição.

7. Obrigações da SEDUCE:

7.1. Proporcionar todas as facilidades para que a FORNECEDORA possa efetuar a entrega dos equipamentos e utensílios dentro do prazo estipulado.

7.2. Prestar as informações e os esclarecimentos necessários, atinentes ao objeto da pretensa aquisição, que lhe sejam solicitadas.

7.3. Efetuar, com pontualidade, os pagamentos à Fornecedora, após o cumprimento das formalidades legais.

7.4. Supervisionar o recebimento dos materiais entregues.

7.5. Atestar o recebimento do objeto adquirido, por meio do Setor competente.

7.6. Promover o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento dos equipamentos e utensílios, com vistas ao seu perfeito atendimento às especificações constantes do item 3.4, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à Fornecedora as ocorrências de quaisquer fatos que exijam medidas corretivas por parte desta.

7.7. Notificar extrajudicialmente a FORNECEDORA quando detectadas irregularidades na entrega dos equipamentos e utensílios.

7.8. Devolver os produtos que estiverem fora da especificação e solicitar sua substituição ou desistência se for o caso.

7.9. Efetuar o pagamento das faturas emitidas pela Fornecedora, na forma e prazo pactuados.

8. Do Valor Total Estimado

8.1. Para fins de formação e avaliação pelo fornecedor, o valor estimado para gastos com a aquisição de equipamentos e utensílios é de R\$ 390.593,70 (trezentos e noventa mil quinhentos e noventa e três reais e setenta centavos).

9. Da Dotação Orçamentária

9.1. As despesas decorrentes da presente aquisição correrão à conta da Dotação Orçamentária da SEDUCE, Programa de nº. 1016 (PROGRAMA EXCELÊNCIA E EQUIDADE – AÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO E MELHORIA DA EDUCAÇÃO BÁSICA) 2072 (EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E ENSINO MÉDIO INTEGRADO OU CONCUMITANTE À EDUCAÇÃO PROFICIONAL) FONTE 100.

10. Das Sanções Administrativas:

10.1 – À Licitante e à FORNECEDORA que incorra nas faltas referidas no art. 7º da Lei n.º 10.520/2002 e/ou nos artigos 81 a 85 e 89 a 99 da Lei n.º 8.666/1993 aplica-se, segundo a natureza e a gravidade da falta, assegurados a ampla defesa e o contraditório, as sanções previstas nos artigos 86 a 88 da Lei nº 8.666/1993 ou em dispositivos de norma que vierem a substituí-la;

10.2 – A inexecução do fornecimento dos objetos da pretensa aquisição, inclusive por atraso injustificado na entrega dos objetos adquiridos, sujeitará a FORNECEDORA, além das penalidades referidas no item anterior, a multa de mora, graduada de acordo com a gravidade da infração:

I) 10% (dez por cento) sobre o valor da nota de empenho, em caso de descumprimento total da obrigação, bem como se houver recusa do adjudicatário em fornecer os objetos da pretensa aquisição, no prazo de 30 (trinta) dias contados a partir da Ordem de Fornecimento;

II) 0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o décimo dia de atraso, sobre o valor da parte do fornecimento não realizado;

III) 0,7% (sete décimos por cento) sobre o valor da parte do fornecimento não realizado, por cada dia subsequente ao décimo, limitada a 30 (trinta) dias de atraso, hipótese em que será considerado inadimplemento total da obrigação.

10.3 – Antes da aplicação de qualquer penalidade será garantido à **FORNECEDORA** o contraditório e a ampla defesa. A multa será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela SEDUCE ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

11. Forma de Pagamento:

11.1 – A Fornecedoradora deverá emitir Nota Fiscal de Serviço/Fatura dos produtos fornecidos e a encaminhará à SEDUCE que, através do gestor designado para acompanhar a entrega e o recebimento dos objetos adquiridos, atestará a conformidade dos serviços e encaminhará para pagamento.

11.2. O pagamento deverá ser efetuado à Fornecedoradora, mediante depósito bancário em sua conta corrente, após a apresentação das respectivas faturas, devidamente atestadas, até o 10º dia do mês subsequente ao da execução dos serviços e da entrega dos produtos e desde que não haja fator impeditivo provocado pelo licitante vencedor.

12. Da Fiscalização

12.1. A SEDUCE, por intermédio de um gestor a ser designado, procederá à competente fiscalização desta aquisição, conforme determinação legal, a fim de comprovar o fiel e correto cumprimento das disposições constantes deste Termo de Referência.

13. Responsável pela Elaboração do Termo de Referência:

Almir Cornélio Brom Júnior.

Qualquer dúvida, entrar em contato com Almir Brom no telefone (62)3201 – 3006.

Goiânia, 10 de novembro de 2016.

João Batista Peres Junior
Chefe de Núcleo

ANEXO II – MODELO DE DECLARAÇÃO

DECLARAÇÃO

Ref.: (identificação da licitação)

....., inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, por intermédio de seu representante legal Sr(a), portador(a) da Carteira de Identidade nº..... e do CPF/MF nº.....**DECLARA:**

1º) Para fins de atender ao preceito incerto no Inciso V, do Artigo 27, da Lei Federal nº 8.666/93, acrescido pela Lei Federal nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega, em qualquer trabalho, menor de 16 (dezesseis) anos. (Ressalva: informar, caso empregue, menor com idade a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz.)

2º) Sob as penas cabíveis, que possui todos os requisitos exigidos no Edital de Pregão Eletrônico nº 010/2017, objeto do Processo nº 2016.0000.601.2775, para a habilitação, quanto às condições de qualificação jurídica, técnica, econômico-financeira e regularidade fiscal.

3º) Sob as penas cabíveis, que não se encontra em nenhuma das situações previstas nos itens 4.4 e 4.5 do Edital de Pregão Eletrônico nº 010/2017.

4º) Estar ciente que a falta de atendimento a qualquer exigência para habilitação constante do Edital de Pregão Eletrônico nº **010/2017**, ensejará aplicação de penalidade à Declarante.

.....
(data)

.....
(Digitar o nome do Representante Legal e assinar)

ANEXO III
MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO NA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006

(deverá ser entregue, após a fase de lances, junto com a proposta comercial)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2017
Processo nº 2016.0000.601.2775

A (nome/razão social) _____, inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA, sob as penas da lei, que cumpre os requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte, e atesta a aptidão para usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar Federal nº 123/2006, não possuindo nenhum dos impedimentos previstos no § 4º do artigo 3º da referida Lei.

Local e data

Representante legal

Nota:

A falsidade desta DECLARAÇÃO, objetivando os benefícios da Lei Complementar nº 123/2006, caracterizará crime de que trata o art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penas e das penalidades previstas neste Edital.

ANEXO IV – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2017

Processo nº 2016.0000.601.2775

(A proposta deverá ser apresentada em papel timbrado)

Todos os campos são de preenchimento obrigatório							
Razão Social:							
CNPJ:							
Endereço:							
Telefone/Fax:							
Banco:				Agência: (nome/nº)		Conta Corrente:	
Dados do Signatário – para assinatura do contrato							
Nome:						Cargo:	
Nacionalidade:				Identidade:		CPF:	
Item	Especificações do Produto/Marca	Unidade	Quantidade	Preço Unitário COM ICMS (R\$)	Preço Total COM ICMS (R\$)	Preço Unitário SEM ICMS (R\$)	Preço Total SEM ICMS (R\$)
Valor Total da Proposta COM ICMS (por extenso):							
Valor Total da Proposta SEM ICMS (por extenso):							
Convênio ICMS? Sim – () Não – ()							
<p>- Informar, no que couber, a alíquota do ICMS.</p> <p>- Observar as exigências constantes da Cláusula 06 deste Edital.</p>							

- Declaro que a validade da proposta é de *** (*****) dias corridos, a contar da data de abertura da licitação.

- Declaro que nesta Proposta de Preços observou-se a aplicação do inciso XCI do artigo 6º do Anexo IX do Regulamento do Código Tributário do Estado de Goiás (RCTE), revigorado pelo artigo 3º do Decreto Estadual nº 7.569/2012, que trata da isenção do ICMS nas operações e prestação internas, relativas à aquisição de bem, mercadoria e serviço por órgãos da Administração Pública Estadual, ficando mantido o crédito **(Convênio ICMS 26/03)**.

- Declaro que nesta Proposta de Preços estão inclusos todos os demais tributos, encargos sociais e trabalhistas, custos e direitos indiretos, embalagens, seguro, frete e até o destino e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre o fornecimento do objeto da presente aquisição e/ou serviço e que estou de acordo com todas as normas pertinentes à matéria.

- Declaramos que temos pleno conhecimento de todos os aspectos relativos à licitação em causa e nossa plena concordância com as condições estabelecidas no Edital da licitação e seus Anexos.

DATAR E ASSINAR